

Solenidade de entrega da Medalha-Prêmio*

O EXMO. SR. MINISTRO RAPHAEL DE BARROS MONTEIRO FILHO (PRESIDENTE):

Excelentíssimo Senhor Ministro **Fernando Gonçalves** e familiares, Dra. Maria Augusta Sant'Ana Gonçalves, Colegas do Superior Tribunal de Justiça, ativos e inativos, Exmo. Sr. Ministro José Coelho Ferreira, Presidente em exercício do Superior Tribunal Militar, Exma. Sra. Juíza Federal Assusete Magalhães, Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, na pessoa de quem cumprimento os integrantes da Magistratura brasileira, senhores ministros do Supremo Tribunal Federal, membros do Conselho Nacional de Justiça, integrantes do Ministério Público Federal e Estadual, senhores advogados, servidoras e servidores do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, senhoras e senhores, cerimônia de alto significado nos reúne nesta hora: o Superior Tribunal de Justiça agracia o Ministro **Fernando Gonçalves** com a Medalha-Prêmio, pelos cinquenta anos de bons serviços prestados à Nação.

Adolescente ainda, ingressou o ilustre mineiro no serviço público, decidido a ajudar de perto a construir o Brasil dos nossos anseios: mais justo, mais humano, mais igualitário.

E o tem feito, desde então, com maestria, porque trouxe do berço a mesma têmpera de outros mineiros igualmente ilustres – aqueles cujos nomes e realizações estão insculpidos na nossa história e na alma do nosso povo.

Lembro, a propósito, o sonho, o patriotismo incondicional e a ousadia do Mártir da Independência; a genialidade e vôos altaneiros do Pai da Aviação; o engenho, o idealismo e a pertinácia do construtor de Brasília; a sensibilidade de Carlos Drummond de Andrade, entre muitos outros.

Dotado, pois, de atributos similares, invariavelmente coroados de hombridade, bom senso e manifesto saber jurídico, o valoroso filho de Belo Horizonte construiu o perfil de nobreza que o credencia a receber a distinção ora conferida como funcionário do Ministério da Agricultura, Juiz de Direito, Procurador da República, Juiz Federal Substituto, membro do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, Ministro desta Corte e Coordenador-Geral da Justiça Federal, cargo que deixou há pouco tempo,

*Palavras proferidas na abertura da cerimônia, STJ, 12/09/2007.

Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

e recentemente eleito ministro substituto do Tribunal Superior Eleitoral, funções às quais conjugou a docência superior e a participação em bancas examinadoras de concursos para o ingresso na Magistratura.

Nossos cumprimentos e reconhecimento, Ministro **Fernando Gonçalves**, que, durante cinqüenta anos de serviço público, 35 dos quais dedicados à Justiça, Vossa Excelência honrou as suas origens e as instituições onde atuou; sobretudo dignificou o nome do Superior Tribunal de Justiça.

Parabéns.

O EXMO. SR. MINISTRO FERNANDO GONÇALVES:

Excelentíssimo Senhor Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, DD. Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Excelentíssimo Senhor Ministro José Coelho Ferreira, Presidente em exercício do egrégio Superior Tribunal Militar, Exma. Sra. Juíza Federal Assusete Magalhães, digníssima Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, na pessoa de quem cumprimento os demais integrantes da Magistratura, senhores membros do Conselho Nacional de Justiça, senhores integrantes do Ministério Público Federal e Estadual, senhores advogados, servidores do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, senhoras e senhores, meus prezados familiares e meus amigos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, obriga-me a contingência a retroceder no tempo, voltando os olhos para o passado distante, revivendo fatos e acontecimentos que, de forma indelével, marcam a nossa vida e de alguma maneira nos impulsionam para a frente, malgrado o trabalho intenso, desenvolvido no cadinho do esforço próprio e, acima de tudo, pela graça de Deus.

Já aos quatro anos de idade, ao tentar, no descuido da professora, escapar do Jardim de Infância Bueno Brandão, em Belo Horizonte, auxiliado por uma transeunte que fora a um posto adquirir querosene, àquela época racionado em virtude do esforço de guerra, tive o intestino ultrapassado pela lança da grade que guarnecia o estabelecimento.

Fui salvo pela perícia de um psiquiatra que se encontrava de plantão no Hospital do Pronto Socorro e, após melindrosa cirurgia, em decorrência do alarido feito, dado que a fuga fora de uma escola pública, quando nada, fui solenemente visitado pelo Interventor Benedito Valadares.

Ainda jovem, concluído o ginásio com os Maristas, deixei as montanhas e fui para o Rio de Janeiro, onde, graças a uma irmã, já residente naquela cidade desde a década de 40, e a seu augusto esposo, cunhado dileto, verdadeiro amigo, meu segundo pai, a quem muito devo e cuja figura de homem probo, reto, honesto e digno sempre reverencio como paradigma, tive oportunidade de ingressar no serviço público, ainda aos 17 anos, em uma autarquia de intervenção no domínio econômico, vinculada ao Ministério da Agricultura. Localizava-se na Avenida 13 de Maio, esquina da rua Evaristo da Veiga, perto do Tabuleiro da Bahiana e do Palácio Monroe, em frente ao Teatro Municipal e ao lado da Câmara de Vereadores, à época chamada de “gaiola de ouro”.

Ministro Fernando Gonçalves

Em verdade, o povo das Gerais, como anotado já em 1944 por ALCEU AMOROSO LIMA, é sensível ao prestígio do governo. “Não lhe seduz o risco, nem lhe anima a ambição. Ama as situações definidas e seguras, sem grandes possibilidades, mas também sem grandes flutuações. E o emprego público oferece esse ensejo, como o órgão natural da coletividade para satisfazer a necessidade de trabalhar para viver medianamente”.

O Rio de Janeiro, na década de 50, ainda era a capital da República e exercia, como de resto exerce até hoje, grande fascínio sobre os povos dos outros Estados, principalmente de Minas Gerais. Nosso povo tem o horizonte limitado pelas montanhas. Limitação, como ensina TRISTÃO DE ATAHYDE, no sentido geográfico. Sobe-se a Minas e o mineiro desce ao litoral e aos outros Estados. A cidade era alegre e, diferentemente dos dias atuais, até certo ponto tranqüila para se viver, mas eu, na minha santa ingenuidade, decorrente da juventude, de certa feita, ao descer no elevador do prédio da Av. 13 de Maio, tive como companheiro de viagem até o solo determinada autoridade que, à época, a imprensa acusava de vários delitos, máxime contra o patrimônio e a Fazenda Pública. Como acabara de receber o pagamento do mês, naquele tempo feito em espécie, vi-me tomado pelo medo de ter o dinheiro subtraído e, abotoando o paletó, desci comprimindo o envelope no bolso. Felizmente, o elevador chegou ao térreo e nem o pobre homem era, como propalado, um amigo do alheio e eu, isto sim, um simplório, redimido pela pouca idade e pela desconfiança que contamina os montanheses. Mas, ao lado disto, falemos de outras coisas. O carnaval, por exemplo, tinha como ponto forte o baile do Municipal, cantado e decantado pelos jornais como o melhor de todo o país, onde se reunia a fina flor da sociedade carioca, vestida a rigor.

Em contraposição, outros eventos da mesma natureza, mas sem a sofisticação do Municipal, aconteciam e, nem por isso, mereciam menor destaque na mídia, como, por exemplo, o baile do Cordão do Bola Preta, do Teatro João Caetano e, também, o chamado “baile dos enxutos” do Teatro Recreio. Há mais, mas como já dizia Napoleão, citado por Sthendal, “existem coisas que não se escrevem”.

Deixando o terreno das divagações, voltando ao serviço público, após alguns anos de Rio de Janeiro, retornei à minha terra – Belo Horizonte – e, ingressando em 1964 na Faculdade de Direito da UFMG – a Casa de Afonso Pena – fiz parte da turma denominada GAT 64, formada hoje em sua grande maioria de juízes.

A caminhada foi difícil para o jovem, filho de modesto servidor público estadual e com uma prole de nove filhos. Como já escrito alhures, várias vezes, fomos a Canossa – lugar onde o Rei Henrique VII humilha-se, pedindo perdão ao Papa a fim de livrar-se da excomunhão – para tirarmos patentes de sofrimentos e quebrar qualquer lampejo de vaidade. Mercê de Deus, cumprimos nossa tarefa e por tudo devo agradecer aos meus diletos e saudosos pais, José e Cecília. Escada de Jacó – para mim – foram seus raios. Um casal simples. Ele, de Barbacena, mais precisamente de Desterro do Melo, e ela, de Ouro Preto. Pobres, sem frequência a nenhuma escola, salvo a da vida, mas dotados de grande sabedoria e imensa bondade. Nesta hora, em que ambos, há mais de 40 anos, já se foram, emocionadamente, sobremaneira, lembrar-me dos dois, de seus ensinamentos válidos e presentes

Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

até hoje e de seus conselhos, às vezes sob a forma de severa admoestação, mas de extrema necessidade e proveito.

Agradecimentos também são devidos a muitos amigos que, de alguma forma, me ajudaram na difícil caminhada. Colegas de trabalho, chefes, enfim, uma enorme gama de pessoas, cujos nomes seria temerário mencionar pela possibilidade de alguma injustiça, fruto do esquecimento. Menciono, em função das diversas oportunidades, por exemplo, o nome de Luiz Araújo Roslindo, responsável pelo meu primeiro emprego, há 50 anos. Também o nome de minha irmã Nininha e seu marido, meu cunhado, Waldemar, que, como já declinado, me acolheram no Rio de Janeiro. Na escola de Direito, o colega e vero amigo Geraldo de Castro, que, desinteressadamente, deu-me grande ajuda, em momento difícil da vida acadêmica. Merecem menção também os nomes dos Desembargadores José Norberto Vaz de Melo e de José de Castro, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Os grandes amigos, de muito tempo, Paulo César Campos Mourão, Luiz Carlos Portela Barbosa, Luís Otávio Mourão, Antônio Celso Cipriani, Sizenando de Barros Filho, Geraldo Almeida, Jair Alkimin, Maurício Las Casas, Antônio Fernando Pinheiro, Heraldo Costa Val, Hezick Muzzi Filho, José Pereira de Paiva, Luiz Santos, Fernando Antônio Marques, Alcides Tavares, Wander Santos Pinto, Celso Agrícola Barbi, Mauro Ribeiro Lopes, Edson e Celso Dias, Afonso Franco e muitos outros.

Seria verdadeiramente ingrato e até mesmo desastroso que omitisse os familiares de minha esposa Cotinha, amor da minha vida e minha estrela guia desde o remoto ano de 1968. Nesta caminhada de 50 anos de serviço público, sem sombra de dúvidas, foi ela a luz e a razão de algum sucesso. Deu-me uma família maravilhosa, Sílvia Amélia e Fernando Augusto que, para honra e felicidade nossa, trouxeram outros dois para o nosso meio. O genro Iran e a nora Michely. Agora, mais brilho e contentamento com a netinha, Maria Luíza. Registro, no momento, a presença de vários familiares: os cunhados Maria Auxiliadora, Mércia, Yara, Therezinha, Mariana, Cristóvão, Néelson, Sônia, os sobrinhos João Rosa Pires e Maria Regina, que vieram de fora, de Minas, especialmente para esta solenidade, fato que muito me envaidece e sensibiliza.

Não devo me estender mais, até porque, em bom vernáculo, elogio em boca própria é vitupério. Mas não posso furtar-me ao reconhecimento de que sou devedor a todos os amigos e colegas do Judiciário. De servidor sem relevo, acolheu-me a Justiça do Estado de Minas Gerais, onde tive ingresso através de concurso público presidido pelo saudoso e eminente amigo Des. FARIA E SOUZA, participando da banca os Desembargadores Helvécio Rosenburg, Erotides Diniz, o comercialista Custódio Antunes Fonseca e o Professor da UFMG José Fernandes Filho. Depois de algum tempo como Juiz de Direito, transferi-me para a Justiça Federal, após memorável conclave, presidido pelo Min. NÉRI DA SILVEIRA, sendo examinadores o Juiz Federal Carlos Mário Velloso, o advogado Wilson Egito Coelho e o Prof. da UnB Roberto Rosas. Hoje, no Superior Tribunal de Justiça, desta Turma fazem parte ARI PARGENDLER, JOSÉ DELGADO, CASTRO MEIRA e eu. Por fim, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e, em seguida, o Superior Tribunal de Justiça, sem me esquecer da Procuradoria da República, onde meu ingresso se deu pelas mãos



Ministro Fernando Gonçalves

dos examinadores Eduardo Ribeiro, Antônio Torreão Braz, José Guilherme Vilela e o então Procurador-Geral da República, José Carlos Moreira Alves.

Notem os meus amigos que, tendo falado um pouco do Rio de Janeiro, fiz pouca referência a Minas Gerais, onde “começa-se a viver mais cedo, mas se acaba de viver mais tarde”. Minas não precisa que dela se fale. Recorde-se, na lembrança de Guimarães Rosa, “a Minas inconfidente, brasileira, lendária, diamantina, aurífera, ferrífera, ferrosa, hidromineral, cafeeira, barroca, campestre, de el-rei, das minas, do ouro das minas, siderúrgica, calcárea, das pirambeiras, serrana, leiteira, do leite e da vaca, das artes de Deus, tijuicana, januária, paroquial, marília e heliodora, de pedra sabão, de hematita compacta, da sabedoria, de Borba Gato, Minas joãpinheira, Minas plural, da Gruta de Maquiné, do homem de Lagoa Santa, de Vila Rica, franciscana, barranqueira, pecuária, sertaneja, clássica, Mariana, política, sigilosa, estudiosa, formiga e cigarra, urucuiana, cordisburguesa, paraopebana, barbacenense, leopoldinense, além-paraibana, itaguarense, curvelana, belorizontina, da saudade, do queijo, do tutu, do milho, do angu, do frango com quiabo, Minas magra, sabida, sem desordem, sem inveja, legalista, governista, revoltosa, geralista, generalista, de não ver navios, longe do mar, Minas sem mar, Minas sem mim: Minas comigo.” Minas que tudo me deu e nada me cobrou e a ela, antes de tudo, dedico o meu amor.

Meus senhores, desde o distante ano de 1957 são passados cinquenta anos, nos quais me dediquei, sem arrependimento, mas com grata satisfação, ao serviço público e, agora, na reta final, resta dizer a todos os Ministros do Superior Tribunal de Justiça, indistintamente, todos meus diletos amigos, aos quais homenageio, com eles partilhando a honra e o mérito do galardão com que me distinguiram. Faço isto, dirigindo-me com imorredoura gratidão a todos, desde o nosso Presidente, Min. BARROS MONTEIRO, ao mais moderno da Corte, Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO. Estendo minhas congratulações a todos os servidores da Casa e do meu gabinete.

Não deveria ter falado tanto, pois o mineiro gosta mais de ouvir do que de falar. Mas esta é outra história. Cabe apenas, invocando o poeta maior, perguntar: E agora **Fernando**? Agora? Vamos em frente, pois viver é lutar.